



**ACÓRDÃO Nº87/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11853/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Barcelos.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Maria dos Santos Leite Rocha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1804/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Barcelos. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Barcelos, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da **Sra. Maria dos Santos Leite Rocha**, Diretora-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barcelos e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa à Sra. Maria dos Santos Leite Rocha**, Diretora-Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Barcelos e Ordenadora de Despesas, à época, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



**ACÓRDÃO Nº87/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

**10.3. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.3.1.**Envio da Prestação de Contas Anual fora do prazo estabelecido no art. 29 da Lei 2423/96, tendo em vista que o Balanço Geral foi recebido nesta Corte de Contas em 02 de abril de 2019.

**10.3.2.**Não envio da Certidão contendo o nome dos dirigentes e integrantes da Presidência, Diretoria, Conselhos, especificando cargo e função e matrícula do ordenador de despesas principais, dos ordenadores secundários, dos responsáveis pelo controle interno, tesouraria, almoxarifado, patrimônio e fundos especiais, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições, conforme estabelece o art. 2, inciso III, da Resolução n. 04/2016 – TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo instrumento.

**10.3.3.**Não Envio dos Balancetes Diários e razão contábeis, conforme estabelece o art. 1, inciso XII, da Resolução n. 04/2016 – TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.4.**Não envio do Parecer Técnico conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno sobre as contas, conforme estabelece o art. 2, inciso IV, da Resolução n. 04/2016TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.5.**Não envio do Demonstrativo do Ativo Permanente (bens Móveis e Imóveis), de forma individualizada, por unidade de departamento, conforme estabelece o art. 1, inciso XVII, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.6.**Não envio do Demonstrativo detalhado do Passivo Financeiro, industrial, da relação detalhada dos restos a pagar, identificando a classificação institucional, funcional e estrutura programático da despesa, conforme estabelece o art. 1, inciso XVIII a



**ACÓRDÃO Nº87/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.7.** Não envio dos Relatórios de pagamentos, conforme estabelece o art, inciso XIX, da Resolução 4/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.8.** Não envio dos Quadros, tabelas e folhas de pagamento, inclusive folhas extras, conforme estabelece o art. 2, inciso XX da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.9.** Não envio dos memoriais de cálculo que demonstre o cumprimento do limite máximo do que trata o art. 5, VIII da Lei Federal 9.717/98 e art. 15 da Portaria n. 402/2008 do Ministério da Previdência Social, nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, contendo: **a)** O valor total das remunerações, proventos, pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior. **b)** O total das despesas administrativas do RPPS no exercício que se refere as contas. **c)** O limite de taxa de administração fixado na Lei Municipal/Estadual que trata do RPPS.

**10.3.10.** Não envio dos documentos relativos aos recolhimentos para o INSS e FGTS e demais tributos e contribuições, conforme estabelece o art. 2, inciso XXII da Resolução n. 11 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.11.** Não envio do Parecer atuarial dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores, conforme estabelece o art. 2, inciso XXIII, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.12.** Não envio da Informação de quais sistemas de Controle Orçamentário, Financeiro e Contábil são utilizados, conforme estabelece o art. 2, inciso XXIV, da Resolução no 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento

**10.3.13.** Não envio do Exemplar do Diário Oficial que tenha publicado os Balanços orçamentários, financeiros, patrimoniais e demonstração das variações patrimoniais, conforme estabelece o art. 2, inciso XXV, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.14.** Não envio do ato de Fixação da Remuneração e Demonstrativos dos Pagamentos efetuados aos presidentes, diretores e conselheiros, quando couber, acompanhados da cópia do Diário Oficial que publicou, conforme estabelece o art. 2, inciso XXVII, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.



**ACÓRDÃO Nº87/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3.15.** Não envio do Parecer da auditoria, Controle Interno e/ou do Conselho Fiscal, quando couber, conforme estabelece o art. 2, inciso XXVIII, da Resolução n. 04/2016TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.16.** Não envio da Relação das provisões ou repasses recebidos, especificando a data, número se houver, e valor, conforme estabelece o art.1, inciso XXIX, da Resolução 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio o respectivo documento.

**10.3.17.** Não envio da Identificação das despesas, liquidadas ou não, que por falta de disponibilidade financeira deixaram de integrar os restos a pagar do exercício, conforme estabelece o art. 2, inciso XXXIII, da Resolução 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.18.** Não envio do Demonstrativo das Subvenções e Auxílios Concedidos no período, quando for o caso, pagos ou não pagos, conforme estabelece o art. 2, Inciso XXXI, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.19.** Não envio do Demonstrativo dos Recebimentos Independentes da Execução Orçamentária, conforme estabelece o art. 2, inciso XXX, da Resolução n. 04/2016TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.20.** Não envio das Justificativas dos cancelamentos dos restos a apagar, conforme estabelece o art. 2, inciso XXXIV, da Resolução n. 4/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.21.** Não envio da Relação de Licitações realizadas, separadas por modalidade, constando o número do processo administrativo, número da licitação, data da abertura, objeto, vencedor, valor e data de eventual contrato e número da Nota de Empenho e a relação das despesas e inexigibilidades, conforme estabelece o art. 2, inciso XXXI, da Resolução 4/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.22.** Não envio da lista de contratos de gestão, se houver, como relatório de acompanhamentos das metas estabelecidas para o contratado, conforme estabelece o art. 2, inciso XXXVI, da Resolução 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.23.** Não envio da Relação dos Auxílios, Subvenções e Contribuições Recebidos, constando órgão concessor, objeto, valor e data do recebimento, conforme estabelece o art. 2, inciso XXXVII, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.



**ACÓRDÃO Nº87/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3.24.** Não envio da Relação dos Contratos, dos Convênios e respectivas prestações de Contas, ajustes e congêneres, e seus aditivos, firmados no exercício, mencionando número do ajuste, data, partes, objeto, valor, modalidade da licitação ou fundamento da dispensa ou inexigibilidade e número da Nota de Empenho, conforme estabelece o art. 1, inciso XXXBVII, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio o respectivo documento.

**10.3.25.** Não envio do Extrato Bancário, inclusive das aplicações financeiras, em que conste o saldo do último dia útil de dezembro, acompanhado da respectiva conciliação, se for o caso, conforme estabelece o art. inciso XLII, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.26.** Não envio da Pasta de portarias e atos normativos, conforme estabelece o art. 2, inciso XLIII, da Resolução 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.27.** Não envio da Declaração firmada pela autoridade competente, na qual reconhece e assume a responsabilidade pela veracidade das informações e dados remetidos ao Tribunal, conforme estabelece o art. 1, inciso XLV, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.28.** Não envio das Alterações estatutárias havidas no exercício ou declaração expressa de sua não ocorrência, conforme estabelece o art. 1, inciso XLVI, da Resolução n. 04/2016-TCE/AM. Ademais, realizar o envio do respectivo documento.

**10.3.29.** Envio fora do prazo, dos Balancetes Mensais referentes aos meses de janeiro a dezembro.

**10.3.30.** Divergência encontrada entre a soma dos saldos dos extratos bancários do Fundo de Saúde de Barcelos, e o Saldo em espécie para o exercício seguinte do balanço financeiro.

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Fevereiro de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho,

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº87/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Redatora

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição